



**Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**  
fundado em 19 de fevereiro de 1981

Circular nº 009/2025

Brasília (DF), 14 de janeiro de 2025.

Às seções sindicais, secretarias regionais e às (aos) diretoras (es) do ANDES-SN.

**Assunto:** Encaminha relatório da reunião do Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical (GTPFS) do ANDES-SN.

Companheiras (os),

Encaminhamos, para conhecimento, o relatório da reunião do Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical (GTPFS), realizada no dia 20 de novembro de 2024, na Sede da Secretaria da Regional Rio Grande do Sul.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

**Prof.<sup>a</sup> Caroline de Araújo Lima**  
**1<sup>a</sup> Secretária**

## **RELATÓRIO REUNIÃO GRUPO DE TRABALHO DE POLÍTICA DE FORMAÇÃO SINDICAL (GTPFS)**

**Data:** 20 de novembro de 2024

**Local:** Sede da Secretaria da Regional Rio Grande do Sul

**Presentes Coordenação:** Caroline Lima (1ª Secretária do ANDES-SN), Gustavo Seferian (Presidente do ANDES-SN) e Raquel Dias (1ª Vice-presidenta do ANDES-SN)

**Representantes das seções sindicais:** Aldi Nestor de Souza (ADUFMAT/MT), Antônio Glaucio de Sousa Gomes (ADUFMG/PB), Antônio José Vale da Costa (ADUA/AM), Celeste dos Santos Pereira (ADUFPEL/RS), Celso De Araújo Cinta (ADUFU\_SS/MG), Cláudia Goes Muller (ADUFU\_SS/MG), Cristiano Engelke (APROFURG/RS), Daniele Azambuja de Borba Cunha (S.S. UFRGS/RS), Elder José Lanes (SESDUF.RR/RR), Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa (ADUFF/RJ), Jaci Vieira (SESDUF.RR/RR), João Reis Novaes (ADUSB/BA), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS/RS), Leonildo Santos do Nascimento Júnior (ADUFPB/PB), Lilian Simone Amorim Brito (ADUFPA/PA), Luciana de Amorim Nóbrega (ADUR-RS/RS), Márcio Wagner Batista dos Santos (ADUFPA/PA), Marinalva Vilar de Lima (ADUFMG/PB), Paulino Barroso Medina Junior (ADUFDOURADOS/MS), Priscila Monteiro Chaves (ADUFES/ES), Rita de Cassia Cavalcanti Porto (ADUFPB/PB), Sônia Lúcio (ADUFF/RJ), Stefan Chamorro Bonow (SINDOIF/RS), Telma Socorro Silva Sobrinho (ADUFPA/PA), Viviana Mônica Vermes (ADUFES/ES).

No dia 20 de novembro de 2024, na sede da Secretaria da Regional Rio Grande do Sul, como parte das atividades do GTPFS, convocou-se reunião via Circular nº 261/2024, para tratarmos da seguinte pauta: **18h** – Lançamento da Campanha do ANDES-SN contra a Reforma Administrativa (PEC 32); **19h** - Painel sobre mudanças do movimento sindical, taxa de sindicalização, desfiliações e impactos nas seções sindicais, com a(o)s **painelistas:** Professora Sônia Lúcio (ADUFF) e Professor Gustavo Seferian (presidente do ANDES-SN/UFGM).

O lançamento teve como expositora a professora Raquel Dias (ANDES-SN), que apontou a campanha como parte das resoluções aprovadas no 67º CONAD, considerando a necessidade de uma campanha unificada de enfrentamento à contrarreforma Administrativa construída com a participação de outras entidades do funcionalismo público. A campanha contém dois momentos, um já realizado em conjunto com o Fonasefe, a partir de peças visuais já produzidas e divulgadas nas redes sociais do

Sindicato, que tratam da PEC 32, do Regime Jurídico Único (RJU) e da agenda de mobilização, além das peças produzidas pela imprensa do próprio ANDES-SN, que tratam também do RJU, da Portaria 5127/2024 e do dia do(a) servidor(a) público(a). O segundo momento, previsto para iniciar em dezembro, consiste na apresentação da identidade visual e o mote da campanha, a saber, "se é ruim para o serviço público, é péssimo para a sociedade brasileira", além de produção de matérias e vídeos e outros materiais a serem acrescentados no curso da campanha.

Em se tratando de ações concretas, nos dias 15 e 16 de outubro de 2024, foram feitas várias atividades de mobilização em conjunto com o Fonasefe de denúncia das medidas infraconstitucionais que constituem a chamada Reforma Administrativa e de combate a reforma que visa à destruição do serviço público e a retirada de direitos da(o)s servidora(e)s pública(o)s. O ato foi realizado em frente ao prédio do MGI e teve como eixos a luta contra a Portaria 5127/2024, a exigência ao governo do cumprimento dos acordos de greve e da retomada da mesa nacional de negociação permanente. No âmbito do Fonasefe, a Reforma Administrativa segue sendo discutida com a perspectiva de realização de um seminário de todas as entidades para aprofundar a análise sobre os impactos da Reforma para os serviços nos diversos segmentos.

Após o lançamento confraternizamos com um lanche, em seguida partimos para o painel sobre mudanças do movimento sindical, taxa de sindicalização, desfiliações e impactos nas seções sindicais.

Sônia Lúcio inicia sua exposição apresentando que sua fala é parte do acúmulo feito na ADUFF-SSind. sobre o tema, e as análises apontaram que o sindicalismo já enfrentou diversos contextos desfavoráveis, tendo que se reformular e buscar entender seu papel na história desta sociedade de classes diante das novas necessidades sociais. Tais reformulações, no entanto, não cerram o seu papel na história. Pelo contrário: reafirmam sua concreta necessidade de existência.

Diante do novo e terrível ciclo da ofensiva do capital contra o trabalho, a vida no planeta encontra-se marcada, predominante, pela regressão civilizatória e pela barbárie social. Constituem parte integrante dessa ofensiva as profundas mudanças na aparência da classe trabalhadora, ainda que, em essência, esta siga como explorada e oprimida –

condição que serve de base concreta para revigorar as lutas e, dentre essas, a luta do movimento sindical.

É pouco provável que o movimento sindical volte aos seus áureos anos, até porque a retomada da mobilização da classe trabalhadora em condições de fazer frente à ofensiva do capital está determinada pela possibilidade de efetiva alteração na correlação de forças entre as classes fundamentais na sociedade capitalista. No entanto, as lutadoras e lutadores sindicais que se orientam pela independência de classe e pela busca da superação da sociedade regida sob a lógica do capital, seguirão buscando preservar a organização sindical como uma ferramenta de proteção dos que vivem do seu trabalho.

A experiência objetiva e subjetiva de trabalho dentro da dinâmica capitalista atual empurra as trabalhadoras e trabalhadores cada vez mais para a condição de indivíduo que labuta até o nível máximo do esgotamento das suas energias vitais (físicas e intelectuais).

No Brasil, essa ofensiva conservadora e reacionária do capital aprofunda, em muito, a imensa e estrutural desigualdade entre as classes sociais. Desigualdade essa, que vitimiza, sobretudo, as trabalhadoras/os negras e negros que são os principais responsáveis pelo pagamento da conta da crise do Capital.

Essa realidade implica no comprometimento da subjetividade da nossa classe, afetando, inclusive a crença em projetos coletivos, entre estes a atuação sindical, tanto na área da administração privada, quanto na área da administração pública.

As profundas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais ocorridas a partir dos anos 1970 e consolidadas a partir dos anos 1980, resultantes tanto da reestruturação produtiva quanto da emergência do neoliberalismo e da financeirização do capital, foram viscerais para o movimento sindical, uma vez que acarretaram mudanças significativas no mundo do trabalho, entre estas o desemprego estrutural, que provocou perda de força do sindicalismo no cenário mundial. No Brasil, essas transformações e suas consequências sobre a organização sindical dos trabalhadores e trabalhadoras se manifestam a partir do final da década de 1980.

Este quadro é diferente de quatro décadas atrás, quando do surgimento do chamado novo sindicalismo. Atualmente, o sindicalismo brasileiro atravessa um declínio de representação, tanto no que diz respeito ao número de filiados, como no teor, majoritariamente, defensivo das lutas da classe trabalhadora. Quando se forja o golpe, em

2016, o sindicalismo, já corroído pelos impactos da programática neoliberal e pela reestruturação do mundo do trabalho, sofre os impactos imediatos e históricos das sucessivas derrotas sofridas pela nossa classe e restringe suas ações ao âmbito defensivo. A tendência de lutas defensivas, que se manifestavam no início de 2010 se manteve ao longo da década, situam o Brasil entre os piores países para se trabalhar, em termos de direitos trabalhistas e relações de trabalho.

A burguesia utilizou-se da estagnação econômica e da instabilidade política para aprofundar as condições de exploração e recompor suas margens de lucro. Essa ofensiva burguesa obteve êxito com a aprovação dos projetos que mais lhe interessavam: a terceirização, a reforma trabalhista e a previdenciária.

Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, intensificou-se o processo de desmonte de direitos. Nas instituições do serviço público ocorreu não só uma crescente redução da oferta de serviços públicos universais para a população, como também a piora gradativa das condições materiais laborais dos servidores do Estado, em todas as esferas e áreas de atuação, o que se deu de forma combinada com um terrível aprofundamento das ideias e práticas conservadoras e reacionárias, como o racismo, o machismo e a lgbtqiapn+fobia.

A aprovação da reforma trabalhista, em 2017 e da reforma da previdência, em 2019, trouxe importantes consequências para a organização sindical. Apesar da reforma trabalhista, aprovada no governo Temer, ter abolido a obrigatoriedade de contribuição sindical anual, tendo como foco os trabalhadores/as celetistas, os resultados mostram que a organização sindical como um todo foi afetada. *“Num primeiro momento, as atividades com mais contratos celetistas tiveram maiores quedas em 2018, porém a perda nos recursos e capacidade de organização e mobilização (...) também afeta o setor público”*, explica a analista do IBGE Adriana Beringuy.

A pesquisadora acrescentou que outro fator responsável pelas dificuldades para a organização sindical foi o aumento das aposentadorias: *“Diante da tramitação da reforma da Previdência, em 2019 vários servidores públicos que já reuniam alguns requisitos para aposentadoria adiantaram seus pedidos. No primeiro semestre de 2019, houve mais pedidos de aposentadoria no setor público do que em todo o ano de 2018. Os servidores mais antigos costumam ser associados a sindicatos, e suas aposentadorias representaram uma queda na taxa de sindicalização”*. A pesquisa se refere à categoria

de servidores públicos, em geral, e indica que, também, as entidades sindicais do setor público, onde se concentra a maior taxa de sindicalização no país, estão diante do desafio de se aproximar das/os trabalhadoras/es mais jovens e de renovar geracionalmente seus ativistas para manter condições de preservação da luta em defesa do serviço público universal e de qualidade. Fazendo um paralelo com a categoria de docentes do ensino superior público, vale destacar, a partir de relatos de diversas seções sindicais, que grande parte de suas/seus filiadas/os são aposentadas/os. Destacamos o quanto esse percentual revela a baixa taxa de novas adesões de docentes da ativa.

Este dado é extremamente preocupante, sobretudo, associado a outros elementos que impactam o conjunto das/os servidoras/es públicas/os federais. O primeiro é a informação de que, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dos cerca de 12 milhões de servidores no Brasil, a metade não recebe mais do que R\$ 2.794 e, o segundo, é que o Banco Central em agosto de 2023 indicou que o consignado representa um terço do saldo de crédito para pessoas físicas. Os principais contratantes são servidores públicos (54,8%), seguidos de segurados pelo INSS (38,5%) e de trabalhadores do setor privado (6,7%).

As/os servidoras/es públicas/os representam a principal clientela dessa modalidade de crédito e os indicadores apontam crescimento de 68% no montante liberado para empréstimo nessa modalidade entre agosto de 2019 e agosto de 2023. Nesses quatro anos, o saldo total da carteira passou de R\$ 367,9 milhões para 618,7 milhões e hoje atende cerca de 44 milhões de pessoas. Trata-se de uma situação muito crítica porque, em muitos lares, o funcionário público, devido ao aumento do desemprego, se tornou o ‘arrimo de família’.

Importante frisar que a partir da reforma da Previdência de 2019, o cálculo da contribuição social tanto das/os trabalhadoras/es vinculados ao RGPS (Regime Geral de Previdência Social), quanto das/os servidoras/es inscritos no RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), passou a ser progressivo, por faixa de renda tributável, variando de 7,5% a 22%. Vale destacar que os servidores públicos federais ficaram sem reajuste durante 7 anos e a categoria docente ficou sem reajuste salarial entre 2020 e 2022.

Apesar do reajuste de 9% em 2023, que está longe de recuperar o percentual de perdas históricas que o conjunto de servidoras/es públicas/os sofreram, não conseguimos

avançar no conjunto das negociações. O governo informou que não haverá reajuste salarial para as/os servidoras/es públicas/os federais nesse ano e mais perverso ainda: apresentou uma proposta para 2024, que não contemplará aposentadas/os.

Aliado a isso, temos o impacto do conjunto das reformas da previdência dos anos de 1998, 2003, 2005 e 2019 que retiram direitos das/os trabalhadoras/es e provocam condições desiguais no âmbito da categoria. Se extingue a regra de 5 anos a menos para docentes do magistério superior; modifica o cálculo para aposentadoria e retira o direito da integralidade e da paridade. Dentro dos ataques à previdência na perspectiva de seguridade social, um dos mais perversos foi a promulgação da Lei 12.618/12 que cria a possibilidade da instituição da previdência complementar. Com a criação do FUNPRESP em 2013, limita-se o valor da aposentadoria do regime próprio da previdência ao teto do INSS, empurrando as/os trabalhadoras/es para a adesão a fundos de aposentadoria privada e complementar.

Diante do exposto, nosso maior desafio é compreender o tempo presente e as novas necessidades sociais diante das transformações que afetam as condições de vida da classe trabalhadora, com destaque para a categoria docente das instituições de ensino superior públicas.

A partir dos elementos desenvolvidos, consideramos importante ressaltar o seguinte: i) partimos da avaliação de que para enfrentar as dificuldades aqui expostas precisamos aprofundar a compreensão de que estas são expressivas da crise do sindicalismo, neste momento, o que exige ampliar o diálogo com a nossa categoria e com os movimentos sociais de luta da classe trabalhadora; ii) em sindicatos classistas, como o nosso, regidos pela concepção que defende, que as/os trabalhadoras/es se organizem com independência frente ao Estado e governos e com autonomia em relação aos partidos políticos, entende-se que cabe à categoria responder pela sustentação material de sua entidade. Neste sentido, reafirmamos que:

- Os sindicatos são instrumentos essenciais de nossa classe para proteção e resistência diante da devastação dos direitos sociais e trabalhistas, ao mesmo tempo que constituem elementos potenciais, ainda que insuficientes, para a emancipação dos trabalhadores e elevação da sua consciência política.

- A crise do sindicalismo é parte de um complexo processo de reestruturação produtiva do capital, apoiado na financeirização, no parasitismo especulativo e na precarização do trabalho, que tem como seu principal traço distintivo seu potencial destrutivo sobre a classe trabalhadora e sua subjetividade. Essa crise expressa as consequências da implantação do ideário neoliberal, a fragmentação da classe trabalhadora e a ofensiva reacionária que se projetou no Brasil nos últimos anos.
- No caso brasileiro, diante da profunda fragmentação e individualização do contexto neoliberal, sobretudo diante da ofensiva reacionária aberta no país desde 2016, precisamos refletir sobre a temática sindical, compreendendo-a como um debate crucial de nosso tempo, vislumbrando os limites e as potencialidades do sindicalismo em tempos de situação reacionária.

Neste sentido, apontamos que o processo de desfinanciamento da nossa seção sindical e a queda da sindicalização tem nos levado a reflexão e busca de alternativas, porque trata-se de uma situação que dificulta a manutenção da estrutura da seção, além de levar a restrições para contribuir financeiramente para os processos de mobilização e lutas gerais da classe trabalhadora realizados no estado do RJ. Entretanto, queremos reafirmar que essa busca deve ter como horizonte o encontro de uma saída política. Saída essa, que passa pela necessidade de discussão e aprofundamento das questões, aqui brevemente delineadas, com a base sindicalizada da ADUFF/SSind, e com o conjunto das seções sindicais no âmbito do ANDES-SN e com parceiras/os de luta da nossa classe.

E, ressaltamos que a alternativa frente à perda da arrecadação e ao equilíbrio financeiro das seções sindicais deve passar, necessária e prioritariamente, pela reafirmação de que a sustentação do sindicato deve ser única e exclusivamente da responsabilidade da categoria, posto que essa é a única forma de manutenção da autonomia financeira e deve ser buscado por meio da luta pela recomposição salarial e pelo aumento da filiação, o que nessa conjuntura defensiva é algo que exige um enorme esforço de envolvimento dos filiados de cada seção sindical e do conjunto da vanguarda do sindicato nacional na construção de saídas frente a essa situação de crise sindical.

Neste sentido, propusemos o aprofundamento da análise sobre as mudanças no mundo de trabalho nas IES, seus impactos no perfil docente e na sindicalização, a ser elaborada no GTPFS, e apreciada no próximo evento deliberativo nacional do ANDES-SN.

A fala de Gustavo Seferian se iniciou com dois registros de memória: o primeiro a tratar de 20 de novembro de 1695, com o martírio de Zumbi dos Palmares e o registro de que pela primeira vez, saudávamos sua memória no Dia da Consciência Negra como feriado nacional, e que em 1910, também em um 20 de novembro, irrompia a Revolução Mexicana, primeira a pautar em todo o planeta o tema dos direitos sociais no âmbito constitucional, com saldos trabalhistas e previdenciários, para além da reforma agrária popular, às/aos trabalhadoras e trabalhadores do México.

Expondo sobre o tema, tomou em conta elementos trazidos na primeira intervenção e lançou outros dados e informações sobre o processo de precarização do trabalho posto na contemporaneidade, marcado pela agenda de contrarreformas e ataques a direitos, que proporcionam amplo impacto na organização da classe. As novas morfologias do trabalho – que se vem afetadas pela plataformização e teletrabalho, entre outras medidas desagregadoras – conformam um cenário em que o descrédito das entidades sindicais se amarra com as perspectivas ideológicas que conformam a subjetividade das/os trabalhadoras e trabalhadores sob a égide neoliberal. Soma-se a isso a crescente pauperização da classe - que não deixa de afetar a nossa categoria – impacta decididamente a destinação dos bens materiais daquelas e daqueles que trabalham, e a dessindicalização é uma forma de salvaguarda de bens de vida de forma imediata em contextos mais agravados de corrosão de renda.

A crise que impacta o movimento sindical é generalizada. De acordo com dados da PNAD contínua, em 2023, dos 100,7 milhões trabalhadoras ocupadas e trabalhadores ocupados do país, apenas 8,4% (8,4 milhões de pessoas) eram sindicalizados. Esse foi o menor contingente numérico e o menor percentual da série iniciada em 2012, quando havia 14,4 milhões de trabalhadores sindicalizados (16,1%). Entre 2022 e 2023, houve queda de 7,8% do número de sindicalizadas e sindicalizados (713 mil pessoas), que correspondiam a 9,2% do total de ocupados. Em relação a 2012, é de se notar que as quedas na taxa de sindicalização se deram de forma mais acentuada nos grupos de

“transporte, armazenagem e correio”, com -12,9 p.p. (de 20,7% para 7,8%), “indústria geral”, com -11,0 p.p. (com redução de 21,3% para 10,3%) e, onde nos inserimos, “administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais”, com -10,1 p.p. (de 24,5% para 14,4%).

Muito embora estes segmentos do serviço público estejam marcados, ainda, pelos maiores índices de sindicalização do país, passaram por uma brutal redução. O ANDES-SN mantém uma média de sindicalização superior à nacional, e em números absolutos, comporta 0,76% do número de sindicalizados em 2021.

Foram apresentados os panoramas de sindicalização no último período das seções sindicais com representantes presentes na reunião, discutindo os panoramas institucionais diversos, desafios lançados em cada uma das entidades e a necessidade de um olhar holístico para o tema – sem tomar determinações únicas como constitutivas dos cenários tratados.

Ssind/Ano	2014	2016	2018	2020	2023
ADUA	914	920	912	1010	918
ADUFCG	719	679	603	571	502
ADUFES	1674	1612	1643	1683	1667
ADUFF	2575	2551	2506	2480	2273
ADUFMAT	1280	1427	1715	1654	1576
ADUFPA	1601	1525	1381	1309	1162
ADUFPel	1227	1193	1201	1200	1199
ADUFU	1291	1352	1355	1353	1331
ADUSB	803	871	903	874	900
APROFURG	788	798	845	834	791
SS na URGs	57	69	88	126	145
SEDUFMS	1266	1218	1146	1077	1006
SESDUF-RR	328	415	441	380	373
Sindoif	N/A	N/A	N/A	32	64
Sindurca	189	194	246	257	255
ADUFLA	567	673	785	861	859

O desfecho das reflexões apontou que a saída fundamental para que o sindicato possa ter novos saldos em sindicalização e contra restar a tendência posta nas dessindicalizações é que siga empenhando suas vocações classistas de representação e combate em prol dos interesses docentes. Recair em saídas supostamente fáceis e voltadas à prestação de serviços, acabam não só drenando as energias que devem ser voltadas às típicas atividades de uma entidade classista, como diluem as fronteiras das entidades sindicais e a descaracterizam, proporcionando quando muito vinculações funcionalistas, frágeis e despolitizadas, nada funcionais ao fortalecimento de nosso sindicato e de nossa classe.

Foi aberto o debate, em que puderam tratar dos impactos da contrarreforma trabalhista no movimento sindical, a alteração no formato do repasse da contribuição sindical e como a desfiliação em momento de crise financeira se torna uma saída para a categoria usar a margem com empréstimos consignados, além de um descrédito em parte de docentes com menos de 10 anos nas universidades, IF e CEFET na luta sindical. No debate houve consenso para a campanha nacional de sindicalização, de agirmos de forma conjunta e ofensiva na defesa da organização da classe trabalhadora na luta por direitos e como a Greve do setor da educação federal em 2024 expressou isso.

Após o debate finalizamos a reunião.